



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 80, DE 2020

Desapensamento dos PL nºs 1199, 1923, 2025, 2855, 3030, 3118, 5052, 5192, 5221, 5316, 5456, 5543, 5700, 5742, 5891, 5951, 6216 e 6482/2019 do PLS 236/2012.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento das proposições abaixo listadas, para que retornem à tramitação ordinária autônoma.

Proposição	Ementa
PL 1199/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir a causa de aumento de pena do crime de roubo com emprego de arma branca ou arma de brinquedo, simulacro ou réplica de arma de fogo, capazes de atemorizar outrem.
PL 1923/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de lesão corporal da vida humana intrauterina, inclusive na modalidade culposa.
PL 2025/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir nova causa de aumento de pena no crime de estelionato.
PL 2855/2019	Altera o §1º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para redefinir do crime de receptação qualificada, de modo a esclarecer que há sua ocorrência quando alguém sabe ou deve saber que a coisa utilizada na atividade comercial ou industrial é produto de crime.
PL 3030/2019	Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a reavaliação da internação a cada seis meses; aumentar o período máximo de internação para cinco anos; e a liberação compulsória para vinte e três anos de idade.
PL 3118/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova disciplina ao crime de furto qualificado.



PL 5052/2019	Inclui o §3º no art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar nova qualificadora no crime de sequestro, quando praticado contra policiais, agentes de segurança pública ou autoridade que exerça, de qualquer modo, poder de polícia administrativa ou judiciária.
PL 5192/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa especial de aumento de pena no homicídio doloso praticado na presença de ascendente da vítima, descendente da vítima ou de pessoa menor de quatorze anos.
PL 5221/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa especial de aumento de pena no latrocínio qualificado pelo resultado morte, praticado na presença de ascendente da vítima, descendente da vítima ou de pessoa menor de quatorze anos.
PL 5316/2019	Altera o §3º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova disciplina ao roubo qualificado pelos resultados lesão corporal grave ou morte.
PL 5456/2019	Altera o §2º do art. 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir os dirigentes de autarquias no rol dos cargos da causa especial de aumento de pena.
PL 5543/2019	Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo elétrico, híbrido, reboque ou semi-reboque, bem como de seus componentes ou equipamentos.
PL 5700/2019	Dá nova disciplina aos arts. 351, 352 e 354 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
PL 5742/2019	Inclui o inciso VIII no § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para qualificar o homicídio cometido com premeditação.
PL 5891/2019	Inclui a alínea “m” no inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como agravante genérica a premeditação do delito.

PL 5952/2019	Altera o art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para revogar a redução prescricional para menores de 21 (vinte e um) anos.
PL 6216/2019	Altera o art. 137 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para readequar a pena das rixas qualificadas pelo resultado morte e pelo resultado lesão corporal grave.
PL 6482/2019	Altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para inserir a imputação de ato infracional como fundamento para a falsa acusação.

JUSTIFICAÇÃO

As proposições em referência tiveram impedida a tramitação ordinária após a aprovação de requerimento para tramitação em conjunto com diversas outras matérias, dentre as quais o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, de autoria do Senador José Sarney, que pretende, segundo a ementa, a *Reforma do Código Penal Brasileiro*.

Por compreender a complexidade da reforma de toda a legislação material penal pátria, é de se justificar a morosidade de tramitação de eventual proposição com essa finalidade. Vale lembrar que o projeto de reforma do Código Civil de 1916 durou quase trinta anos até ser aprovado pelas duas Casas Legislativas e entrar em vigor.

Diante desse cenário, cabe ao Parlamento, enquanto debate e constrói a alternativa que virá a substituir o atual Código Penal, não se furtar de promover as adequações pontuais que entender necessárias na legislação vigente. Não podemos deixar de legislar em matéria penal, por anos ainda indetermináveis, enquanto aguardamos a aprovação final do novo Código.

SF/20452 21063-84 (LexEdit*)

SF/20452.21063-84 (LexEdit*)

